

ESTADO DE GOIÁS  
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO  
GABINETE

PROCESSO: 202000003009475

INTERESSADO: ADMINISTRACAO PUBLICA DO ESTADO DE GOIAS

ASSUNTO: DESINCOMPATIBILIZAÇÃO ELEITORAL (EC nº 107/2020).

**DESPACHO Nº 1070/2020 - GAB**

EMENTA: PRAZOS DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO ELEITORAL. PRECEDENTE ORIENTAÇÃO GERAL DESTA PROCURADORIA-GERAL. DESPACHO Nº 930/2020-GAB. SUPERVENIÊNCIA DA EC Nº 107/2020. ADIAMENTO DAS ELEIÇÕES 2020. COVID-19. ALTERAÇÃO DOS PRAZOS DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO A VENCER. SITUAÇÕES FUNCIONAIS INALTERADAS PARA PRAZOS DE DESINCOMPATIBILIZAÇÃO VENCIDOS. VEDAÇÃO À REABERTURA DE PRAZOS VENCIDOS. ATUALIZAÇÃO DO DESPACHO Nº 930/2020-GAB/PGE.

1. Pelo **Despacho nº 930/2020-GAB** ([000013627164](#))<sup>1</sup>, desta Procuradoria-Geral, foi **consolidada orientação geral acerca da desincompatibilização eleitoral**, fundada nas regras do art. 1º da Lei Complementar nacional nº 64/1990, ocasião em que delimitados os prazos legais de afastamentos funcionais por agentes públicos, com a finalidade de participação nas próximas eleições municipais.

2. No entanto, promulgada, em 2 de julho de 2020, a Emenda Constitucional nº 107/2020, que, por motivos ligados à pandemia da Covid-19, determinou o adiamento das eleições municipais que sucederiam em outubro deste ano, os prazos eleitorais antes definidos para efeito de desincompatibilização eleitoral passam a ter novos balizamentos.

3. Sobre a questão, o texto final da Emenda Constitucional (EC) nº 107/2020<sup>2</sup> dispõe:

*“Art. 1º As eleições municipais previstas para outubro de 2020 realizar-se-ão no dia 15 de novembro, em primeiro turno, e no dia 29 de novembro de 2020, em segundo turno, onde houver, observado o disposto no § 4º deste artigo.*

(...)

*IV –os prazos para desincompatibilização que, na data da publicação desta Emenda Constitucional, estiverem:*

**a) a vencer: serão computados considerando-se a nova data de realização das eleições de 2020;**

**b) vencidos: serão considerados preclusos, vedada a sua reabertura;**

(...)

*Art. 2º Não se aplica o art. 16 da Constituição Federal ao disposto nesta Emenda Constitucional.*

*Art. 3º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.”*

4. Com esse excepcional adiamento das eleições, as exigências para desincompatibilização de agente público, orientadas no Despacho nº 930/2020-GAB, alteram-se somente nas hipóteses cujos prazos para afastamento funcional ainda **não** expiraram, isto é, vencidos ou a vencer (inciso IV, alínea “a”). Nesses casos, **o período de 3 (três) meses antes das eleições para que o agente público se afaste do labor público passa a equivaler à data de 15 de agosto de 2020**, já que o primeiro turno das eleições foi estabelecido em 15 de novembro do mesmo ano.

5. Às demais situações, em que a legislação fixa prazos de desincompatibilização com termos finais já excedidos (que foram consumados em 4 de abril e em 4 de junho de 2020), as novas regras constitucionais em tela não repercutem (inciso IV, alínea “b”), e não atingem os agentes públicos já afastados, os quais assim devem permanecer. Já aqueles que deveriam ter se desincompatibilizado nos referidos prazos (4 de abril e 4 de junho), mas preteriram esse dever, não podem aproveitar das novas datas de eleições para exercer o direito de afastamento em tela; ou seja, eventuais solicitações de desincompatibilização que deveriam ter sido exercidas em 4 de abril ou 4 de junho deste ano, e não o foram, se agora apresentadas sob pretexto de nova data das eleições pela EC nº 107/2020, devem ser indeferidas pela Administração Pública, fundamentadamente.

6. Fica, assim, **atualizada a orientação constante do Despacho nº 930/2020-GAB**, o qual é acrescido das diretrizes aqui expostas, e emendado no que for conflitante.

7. Aproveito para consignar que a EC nº 107/2020 estipulou novas datas para a realização de convenções partidárias e para o registro de candidaturas, períodos que devem passar a orientar a Administração Pública em questões como a licença para atividade política, tratada em alguns aspectos no Despacho nº 930/2020-GAB. Segundo o art. 1º, § 1º, IV e V, da EC nº 107/2020<sup>3</sup>, as convenções partidárias dar-se-ão entre 31 de agosto e 16 de setembro de 2020, e o registro das candidaturas deve ocorrer até 26 de setembro desse ano.

8. Determine-se o registro das implicações desta orientação no Despacho nº 930/2020-GAB.

9. Por fim, com fundamento no art. 5º, XI, da Lei Complementar estadual nº 58/2006, **determino, com a urgência que o assunto requer, a expedição de ofícios aos titulares dos órgãos e das entidades do Executivo estadual, bem como dos demais Poderes e órgãos autônomos deste Estado, para conhecimento da presente orientação. O teor deste articulado também deve ser comunicado, por meio eletrônico, aos Procuradores do Estado lotados na Assessoria do Gabinete e às Chefias das Procuradorias Setoriais da Administração direta e indireta** (para os fins da Portaria nº 170-GAB/2020-PGE<sup>4</sup>), **bem como ao Centro de Estudos Jurídicos - CEJUR** (este último, para os fins do art. 6º, § 2º, da Portaria nº 127/2018 GAB).

**Juliana Pereira Diniz Prudente**

Procuradora-Geral do Estado

<sup>1</sup>Processo nº 202000005005651.

<sup>2</sup>Texto ainda não publicado oficialmente, mas já divulgado em meios de comunicação eletrônica (inclusive do Tribunal Superior Eleitoral) como sendo a redação final da EC nº 107/2020. O texto será aqui adotado, dada a urgência de atualização do teor do Despacho nº 930/2020-GAB com as supervenientes mudanças constitucionais havidas.

<sup>3</sup>“Art. 1º. (...) (...) II –entre 31 de agosto e 16 de setembro, para a realização das convenções para escolha dos candidatos pelos partidos e a deliberação sobre coligações, a que se refere o caput do art. 8º da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997; III –até 26 de setembro, para que os partidos e coligações solicitem à Justiça Eleitoral o registro de seus candidatos, conforme disposto no caput do art. 11 da Lei nº9.504, de 30 de setembro de 1997, e no caput do art. 93 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965.”

<sup>4</sup>Art. 2º Editado o despacho referencial a que alude o inciso I do art. 1º desta Portaria e o § 8º do art. 2º da Portaria nº 130/2018-GAB, incumbirá aos Procuradores-Chefes de Procuradorias Setoriais a fixação de orientação administrativa conclusiva em consultas, solicitações e medidas correlatas, na esteira da delegação outorgada pelo art. 5º, II, da Portaria nº 127/2018-GAB, desta Procuradoria-Geral.

GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DO ESTADO.

Este é um documento de consulta e não substitui a versão oficial.